



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

PARECER JURÍDICO

Senhor Procurador Chefe:

Trata-se de requerimento formulado pelo Ilmo. Sr. Presidente da Câmara, no qual solicita a elaboração de parecer jurídico por esta Procuradoria acerca do projeto de lei nº 271/2023 que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalações de placas informativas em locais de eventos sujeitos a infestação por carrapatos.

Instruem os autos: cópia do texto do projeto de lei em apreço e da exposição de motivos.

É o breve relatório.

Conforme os julgados mais recentes do Poder Judiciário paulista, leis oriundas de membros do Poder Legislativo, cujo interesse seja local e não haja previsão no sentido de a iniciativa ser do Alcaide, não têm o condão de alterar substancialmente a estrutura do Executivo, ainda que ensejem a necessidade de fiscalização por parte do mesmo. Aplicando tal posicionamento no presente projeto, temos que o mesmo não cria cargos, não gera diretamente qualquer despesa para a Administração e tampouco regula os serviços prestados pela Prefeitura, sendo, portanto, de iniciativa concorrente.

Assim julgou o TJ/SP em recentes Ações Diretas de Inconstitucionalidade:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Municipal n. 3.888, de 17 de fevereiro de 2020, que “obriga os estabelecimentos públicos e privados de ensino do Município



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

de Mairiporã a afixar placa informando o número do telefone do Conselho Tutelar e dá outras providências.”

INOCORRÊNCIA DE VÍCIO DE INICIATIVA E DE USURPAÇÃO DE MATÉRIA INSERIDA NA RESERVA DA ADMINISTRAÇÃO. DEVER DE PUBLICIDADE. Imposição genérica à Municipalidade da obrigação de afixação de informações sobre o Conselho Tutelar na entrada de instituições de ensino públicas e privadas. Inexistência de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, no caso. Poder de suplementar a legislação federal e estadual, dando cumprimento ao princípio da publicidade.

Ação julgada improcedente, revogada a liminar concedida. (ADI nº 2197691-90.2020.8.26.0000).

Nas palavras do Procurador de Justiça Maurício Augusto Gomes, que emitiu parecer em legislação municipal que também versou sobre direito do consumidor:

(...) ao prever a necessidade de instalação de “guarda-volumes” para os usuários de agências bancárias, não tratou de nenhum tema relacionado ao serviço público municipal. Regulou, exclusivamente, um aspecto circunstancial relativo ao atendimento ao consumidor, usuário de instalações de instituições financeiras, que são, por excelência, entidades de natureza privada. A instalação de ‘guarda-volumes’, exigência prevista na lei em exame, dirige-se às instituições financeiras, e não ao Poder Público local. São aquelas, e não este, que terão despesas – mínimas, é viável afirmar de passagem – com a providência de instalação de guarda-volumes.¹

Em outras oportunidades, o Ministério Público do Estado de São Paulo se manifestou na mesma linha, conforme os seguintes posicionamentos constantes de Ações Diretas de Inconstitucionalidade que tramitaram pelo Tribunal de Justiça de São Paulo:

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 6.170, de 04 de novembro de 2014, do Município de Ourinhos, que “*Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais situados no município de Ourinhos de proceder*

¹ Parecer nos autos da ADI nº157.416-0/0-00, datado de 12/08/2008.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

à devolução integral e em espécie do troco ao consumidor e dá outras providências”.

Preliminares. Ausência de vício de legitimidade ou de defeito na representação processual. Procuração outorgada pela Chefe do Poder Executivo ao patrono do Município que subscreveu a exordial com poderes específicos para o ajuizamento desta ação. Limites à cognição judicial no processo objetivo de controle de constitucionalidade das leis. Precedentes do E. STF. A ofensa à legislação infraconstitucional não é suficiente para deflagrar o processo objetivo de controle de constitucionalidade. Ofensa reflexa ou indireta ao texto constitucional não viabiliza a instauração da jurisdição constitucional.

Inexistência de violação de iniciativa reservada do Chefe do Executivo, ou mesmo do princípio da separação de poderes. Interpretação estrita da regra de reserva de iniciativa legislativa do Poder Executivo. Precedentes do STF. Norma que não cria, diretamente, nenhum encargo para a Administração Pública, como criação de cargos, aumento de despesas, alteração de regime jurídico de servidores, ou mesmo modificação de rotina de serviços.

Constitucionalidade da lei. Diploma que não cria diretamente despesas públicas para a Administração Pública. Correta interpretação do art. 48, XIII, da CR/88. Diploma editado no âmbito do interesse local (art. 30, I, da CR/88). Disciplina do poder de polícia municipal e do atendimento aos consumidores dos estabelecimentos comerciais. (Processo nº 2023473-59.2015.8.26.0000).

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 3.788, de 16 de julho de 2015, do Município de Mirassol, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de segurança privada, durante 24 horas, em locais em que houver a instalação de Caixas Eletrônicas, em estabelecimentos bancários no Município de Mirassol.

Inexistência de violação de iniciativa reservada do Chefe do Executivo, ou mesmo do princípio da separação de poderes. Interpretação estrita da regra de reserva de iniciativa legislativa do Poder Executivo. Precedentes do STF. Norma que não cria, diretamente, nenhum encargo para a administração pública, como criação de cargos, aumento de despesas, alteração de regime jurídico de servidores, ou mesmo modificação de rotina de serviços.

Constitucionalidade da lei. Diploma editado no âmbito do interesse local (art. 30, I, da CR/88). Disciplina do poder de polícia municipal e do atendimento aos consumidores dos serviços bancários. (Autos nº 2172913-32.2015.8.26.0000).

Diante do exposto, em razão de a matéria ater-se ao interesse do Município, bem como de não ser hipótese de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, o assunto em questão pode ser tratado a partir de lei de iniciativa do Poder Legislativo.

Contudo, o texto do projeto de lei não dispôs a respeito de nenhuma sanção para aqueles estabelecimentos que descumprirem a regra. Assim, recomenda-se que o projeto de lei seja emendado para constar alguma espécie de sanção pelo descumprimento da norma jurídica.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

Procuradoria, 05 de setembro de 2023.

RODRIGO FORNAZIERO CAMPILLO LORENTE
Procurador Legislativo

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº - CHAVE: UZT1-0560-RA1X-XG84



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste. Para verificar as assinaturas, clique no link: <http://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=Uzt10560RA1XG84>, ou vá até o site <http://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: UZT1-0560-RA1X-XG84



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº - CHAVE: UZT1-0560-RA1X-XG84